



UM GÊNERO CLANDESTINO: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE ENSAIOS EM PERIÓDICOS DAS ÁREAS DE LINGÜÍSTICA E LITERATURA

A CLANDESTINE GENRE: THE CONDITIONS OF ESSAY PRODUCTION IN LINGUISTICS AND LITERATURE JOURNALS

Maria Clara Batista Monteiro¹

Regina Celi Mendes Pereira²

Resumo: O ensaio acadêmico-científico é um gênero ainda timidamente estudado na Linguística Aplicada brasileira. Além disso, parte majoritária desses trabalhos investigam o gênero em situações didáticas, considerando-o como um instrumento de avaliação. Entendendo a necessidade de considerar outros cenários de socialização do ensaio na Academia, neste artigo, objetivamos analisar as condições de produção de ensaios publicados em periódicos de excelência das áreas de Linguística e Literatura. Para tanto, apoiamos-nos no escopo teórico-analítico do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 2023), para a análise de quatro (4) ensaios e as Diretrizes para Autores de seus respectivos periódicos de publicação. Tal análise, de natureza qualitativo-interpretativista, revela que raramente o ensaio é contemplado no repertório de gêneros elencados para publicação nos periódicos analisados; entretanto, são submetidos, avaliados e publicados expressivamente neles. Em vista disso, defendemos a tese de que o ensaio circula, metaforicamente, em clandestinidade e evoca, portanto, discussões acerca da – ausência de – validação do gênero na esfera acadêmico-científica.

Palavras-chave: Ensaio acadêmico-científico. Periódicos científicos. Linguística e literatura. Interacionismo Sociodiscursivo.

Abstract: The academic-scientific essay remains an understudied genre within Brazilian Applied Linguistics. Moreover, most existing research tends to examine the essay in educational contexts, treating it primarily as an assessment tool. Acknowledging the need to explore other sites of academic socialization for the essay, this article aims to analyze the conditions under which essays are produced and published in top-tier journals in the fields of Linguistics and Literature. To that end, we draw on the theoretical-analytical framework of Socio-Discursive Interactionism (Bronckart, 2023) to examine four (4) published essays and the submission guidelines of their respective journals. This qualitative-interpretive analysis reveals that, although the essay is rarely listed among the accepted genres in the journals' editorial scopes, it is nonetheless frequently submitted, evaluated, and published. We therefore argue that the essay circulates, metaphorically, in a state of "clandestinity," raising important questions about the (lack of) formal validation of the genre within the academic-scientific sphere.

Keywords: Academic-scientific essay. Academic journals. Linguistics and literature. Socio-Discursive Interactionism.

¹ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do grupo de pesquisa Ateliê de Textos Acadêmicos (ATA) (CNPq/UFPB).

² Doutora em Letras pela UFPB. Professora titular do Departamento de Língua e Linguística (DLPL), do PROLING e do Mestrado Profissional Linguística e Ensino (MPLE) da UFPB. Líder do grupo de pesquisa ATA e do Grupo de Estudos em Letramentos, Interação e Trabalho (GELIT) (CNPq/UFPB).

Introdução

O ensaio, desde sua gênese, atribuída à publicação de *Essais*, por Montaigne, em 1580, apresenta contornos imprecisos. Essa característica, talvez a mais consensual acerca do gênero, fez com que, ao longo dos séculos, ele recebesse diversos adjetivos. Ele é definido por Galvão (2018) como um *rebelde com causa*, por Skirius (1989) como um *centauro dos gêneros* e por Lillis (2001) como um *não-gênero*. Tais adjetivações, apesar de evidenciarem aspectos diferentes, salientam a mesma natureza multiforme, não-previsível e transgressiva, que levam pesquisadores, inclusive, a questionar a abrangência do conceito de gênero de texto.

Apesar de tamanha maleabilidade – ou, talvez, em razão dela – a escrita do ensaio passou a ocupar âmbitos diversos, inclusive o da Ciência. Ao menos no escopo das Humanidades, mas não somente, pode-se dizer que o ensaio já é um gênero conhecido por pesquisadores e obras clássicas de diversas áreas são rotuladas como ensaio. À exemplo, têm-se, na Academia brasileira, as obras *Ensaaios Sobre a Urbanização Latino-Americana*, do geógrafo Milton Santos (Santos, 1982) e *Raízes do Brasil*, do historiador Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 1997).

Ao assumir, então, a ciência enquanto Campo, que, na noção de Bourdieu (1983), pode ser definido como um microcosmo com relativa autonomia dentro do macrocosmo social, infere-se que o ensaio, ao inserir-se nesse espaço, ganha novos contornos para atender tais particularidades. No escopo do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), isso se justifica por entender que, a partir de usos situados da linguagem, os sujeitos agem socialmente. Uma ação de linguagem, portanto, é materializada no texto empírico, que “corresponde sempre a um produto da dialética que se instaura entre representações sincrônicas dos contextos da ação e representações relativas a esses instrumentos históricos que constituem as línguas e os gêneros de textos” (Bronckart, 2023, p. 92).

Dessa maneira, diante de uma explícita lacuna na literatura que enfatize a publicação de ensaios em periódicos, evidenciou-se a necessidade de empreender pesquisas a esse respeito. Objetiva-se, neste trabalho, analisar as condições de produção de ensaios publicados em periódicos de excelência – Qualis Capes A1 – das áreas de Linguística e Literatura. Para a análise, apoia-se nos pressupostos teórico-analíticos do ISD para análise das condições de

produção dos textos (Bronckart, 2023) e assume o paradigma qualitativo-interpretativista da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 1994).

Espera-se, no presente trabalho, elucidar a tese de que o ensaio acadêmico-científico circula em revistas científicas brasileiras de forma clandestina, uma vez que, apesar de quase nunca expressamente permitido, é submetido, avaliado e publicado com significativa expressividade. Tal discussão mostra-se importante na medida em que propõe reflexões sobre as instâncias de legitimidade da escrita científica e a questão do ensaio na ciência brasileira.

A explanação, portanto, é composta por três seções textuais, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se alguns aportes resgatados do ISD para análise das condições de produção. Em sequência, enfatiza-se algumas questões panorâmicas para o estudo do gênero ensaio acadêmico-científico nas práticas de escrita acadêmica no Brasil e, nesse ínterim, elucida-se o caminho metodológico do trabalho. Por fim, situa-se às condições de produção de quatro (4) ensaios publicados em periódicos Qualis Capes A1 de Letras, evidenciando o caráter clandestino aqui defendido.

1 Ações de linguagem e análise de textos: as condições de produção

Leontiev (1984) define atividade como um padrão de comportamento orientado pelas condições inerentes ao contexto em que emergem. Entre os humanos, o papel da linguagem é fundante na constituição dessas atividades, uma vez que, de acordo com o arcabouço investigativo do Interacionismo Sociodiscursivo, “as atividades coletivas mediatizadas pelas práticas de linguagem [linguageiras] são primeiras, filogeneticamente e ontogeneticamente” (Bronckart, 2023, p. 91). Tais atividades de linguagem, portanto, são permeadas por unidades psicológicas sincrônicas, chamadas de *ação de linguagem*. Os sujeitos, nessa perspectiva, agem em sociedade e se desenvolvem cognitivamente por meio de usos languageiros³ situados.

Para o ISD, as ações de linguagem são materializadas em textos empíricos que, consequentemente, constituem-se uma unidade empírica de análise. Esse movimento de investigação das ações de linguagem para o texto ilustra a metodologia de análise descende proposta por Bronckart (2023), a qual culmina na arquitetura textual dos textos. Neste artigo,

³ Por questões de traduções do francês para o português, compreenderemos “de linguagem” e “languageiro” como sinônimos, equivalente ao vocábulo “langagière”, no original, como apontam os tradutores de Bronckart (2023).

ênfatizar-se-á o primeiro movimento analítico dessa abordagem cujo foco reside na análise das condições de produção dos textos, mais especificamente, do conteúdo temático e dos parâmetros do contexto de produção, entendido como “conjunto dos parâmetros suscetíveis de exercer uma influência sobre a maneira como um texto é organizado” (Bronckart, 2023, p. 79). Para o autor, a ação de linguagem mobiliza representações acerca dos diversos mundos formais (Habermas, 2003) por parte do agente verbal a partir das condições de produção em que emerge, o que confere à ação de linguagem o *status* de unidade psicológica.

Nesse sentido, todo texto reflete a influência de conjuntos do mundo físico e do mundo sociossubjetivo da ação verbal situada. Considera-se, então, contexto físico como elementos dados pelas coordenadas de espaço e tempo, divididos em: lugar de produção, momento de produção, emissor (ou produtor, ou locutor) e receptor. No caso de textos disponíveis em domínios virtuais – como os periódicos eletrônicos – é inviável a investigação desses parâmetros para análise. Sabe-se que, na escrita acadêmica, de modo geral, os textos são produzidos na própria universidade – seja em bibliotecas, laboratórios ou espaços coletivos – e/ou no ambiente pessoal do autor – a própria casa –, em momentos e durações diversos – um ensaio pode levar meses ou dias para ser escrito, bem como pode ter sido escrito paulatina ou ininterruptamente. O emissor é a pessoa – ou são as pessoas – que assinam o trabalho, mas o receptor é pouco delimitado, sabe-se que os trabalhos passam por editores e pareceristas, mas é escrito para um público-geral e abstrato, nem sempre claramente delimitado para o autor.

Já o contexto sociossubjetivo mobiliza o mundo social – regido pelas normas, os valores e as regras – e o mundo subjetivo – interpelado pela imagem que o emissor constrói de si. Esse plano também é composto por quatro parâmetros de análise, os quais são: o *lugar social* em que o texto é produzido – se no âmbito da família, da universidade, da mídia etc.; a *posição social* do emissor na interação, que se refere ao papel social desempenhado – se de professor(a), se de filho(a), se de amigo(a), etc.; a *posição social do receptor*, a qual diz respeito ao papel assumido na interação – se de aluno(a), se de mãe, se de amigo(a), etc.; e o(s) *objetivo(s) da interação*, que é(são) o(s) efeito(s) que o emissor pretende causar no receptor.

Ainda na análise das propriedades dos mundos formais suscetíveis de exercer influência sobre as produções textuais, Bronckart (2023) direciona o olhar para o conteúdo temático (ou referente). Em linhas gerais, pode-se conceituá-lo como o conjunto das

informações explicitamente apresentadas nos textos por meio do uso da língua natural. É, portanto, por meio das representações do contexto de produção e do conteúdo temático que a ação de linguagem constitui uma unidade psicológica. Nas palavras do teórico, “descrever uma ação de linguagem [linguageira] consiste em identificar valores precisos que são atribuídos pelo agente-produtor, de um lado, a cada um dos parâmetros do contexto, de outro lado, aos elementos do conteúdo temático mobilizado” (Bronckart, 2023, p. 85). É nesse enfoque, então, que o presente trabalho se insere.

2 A constituição do ensaio acadêmico-científico

A extensa genealogia do ensaio abre margem para considerá-lo um gênero de tradição consolidada, ao menos na cultura ocidental. Sua gênese, historicamente atribuída à publicação de *Essais*, por Montaigne, no século XIV, parece ter se tornado apenas um marco inaugural dessa nomenclatura, que abriu margem para que diversos perfis de escritores se apropriassem da *essência* do ensaio na produção de seus próprios textos, seja filosófico, científico, pessoal ou literário. Falamos em *essência*, porque, se compararmos diversos ensaios de âmbitos e épocas diferentes, é difícil identificar semelhança com os do *pai do ensaio*, em termos de estruturação, estilo ou de conteúdo. Todavia, para que um falante eleja, dentro de opções disponíveis no arquitexto, o ensaio como gênero de texto a ser escrito, há alguns motivos orientados em função dos parâmetros do contexto sociossubjetivo e do conteúdo temático.

Nesse sentido, é importante direcionar o olhar para as múltiplas variantes que o gênero assumiu ao ingressar em diferentes Campos (Bourdieu, 1983), dentre eles o científico. Pode-se dizer que, ao menos nas Humanidades, o ensaio é um gênero muito utilizado por graduandos e pós-graduandos. Em países de tradição anglófona ou francófona ocidental, inclusive, os estudantes escrevem ensaios como “gênero padrão” (Lillis, 2001) desde a educação básica e se expande para o ensino superior. Não por acaso, o sistema educacional desses países sofre com o movimento *Essay mills* – fábrica de ensaios – que consiste na comercialização de ensaios e no uso da Inteligência Artificial por estudantes (cf. Sweeney, 2023).

No cenário brasileiro, entretanto, não se pode afirmar que tal tradição é igualmente difundida. Não é incomum, inclusive, que os discentes finalizem a educação básica sem terem sido solicitados a produzir um ensaio ou a conhecer o gênero. Ao deparar-se com tais práticas

no ensino superior, então, a dificuldade aumenta, especialmente, se tais atividades não forem acompanhadas de processos formativos de letramento acadêmico (Pereira, 2016).

Assim, em contexto brasileiro, identificamos que o ensaio, na Academia, circula em dois contextos principais. O primeiro, o qual chamamos de ensaio acadêmico, corresponde à atividade avaliativa de disciplinas da graduação e da pós-graduação, escrito exclusivamente para o professor e com o propósito de demonstrar as aprendizagens construídas. Acerca dele, recomendamos a leitura de Galvão (2018) e Ferragni (2011, 2015). O segundo, escopo deste trabalho, refere-se àqueles publicados em periódicos científicos, escrito por pesquisadores, o qual chamaremos de ensaio acadêmico-científico. Essa diferenciação não se propõe por considerarmos que o ensaio escrito por alunos não possua cientificidade, mas apenas elucida o contexto de circulação de ambos para fins de exposição.

Nesse sentido, entre 10 e 21 de novembro de 2024, realizamos um levantamento quantitativo da publicação de ensaios nos vinte e um (21) periódicos Qualis Capes A1 da área da Letras, Linguística e Literatura. Uma vez que muitos desses não possuem seções ou marcadores para diferenciar artigos de ensaios, buscamos pelo termo “ensaio” na ferramenta de busca dessas revistas. Consideramos como ensaio aqueles textos que possuíam a “autodeclaração” do gênero pelo autor, por meio de expressões como “neste ensaio” ou “no presente ensaio”. Sabemos que esse critério não possibilita a exatidão do número de ensaios publicados, mas nos fornece material suficiente para uma análise, considerando, inclusive, que a própria uniformização do ensaio e do artigo por parte dos periódicos já configura um aspecto interessante relativo ao contexto de produção.

Assim, ainda em termos quantitativos, observamos que a maioria dos periódicos (62%) não prevê a publicação de ensaio nas suas diretrizes, mas o publicam. Apenas 24% preveem e publicam o gênero. Já 14% não preveem – em alguns casos, proíbem – e não publicam. A majoritariedade do primeiro grupo salienta um aspecto importante, especialmente quando observamos que na área de Literatura, que mais publica ensaios, nenhum periódico considera a publicação do gênero em suas diretrizes de publicação ou condições de submissão.

Selecionamos, então, quatro ensaios, dois de Literatura e dois de Linguística⁴, com a ajuda de um *software* de seleção aleatória. Esses textos foram publicados nas duas revistas

⁴ Excluímos dessa seleção periódicos que publicam simultaneamente trabalhos de Literatura e de Linguística, para não correr o risco de termos que, sob critérios subjetivos, classificar a qual subárea o texto pertence, já que muitas não categorizam essa divisão.

que mais publicam ensaios de cada área, as quais foram, respectivamente, ALEA: Estudos Neolatinos, Revista Brasileira de Estudos de Literatura Comparada, Linguagem em (Dis)curso e D.E.L.T.A. – Documento e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. Desenvolvemos, então, uma análise de cunho qualitativo-interpretativista do conteúdo temático dos ensaios e dos parâmetros do contexto de produção também apoiados nas Diretrizes para Autores correspondentes.

3 Um gênero clandestino: as condições de produção do ensaio acadêmico-científico

Diante da polissemia que o termo clandestino possui, cabe-nos esclarecer aquela que adotamos. Apesar de muitas vezes designar um adjetivo de tom negativo, como algo realizado de forma ilegal, adotamos a acepção do substantivo masculino posta no dicionário Aurélio, como “aquele que se introduz sub-repticiamente em navio, avião, etc. para viajar sem documentos nem passagem” (Ferreira, 2000, p. 157). Isso se justifica não apenas – mas majoritariamente – pelo fato de pouquíssimas revistas reconhecerem o ensaio como gênero passível de publicação, todavia, eles são submetidos, avaliados e expressivamente aceitos e publicados. Esses textos, como veremos, ingressam nos periódicos sem que sejam legitimamente regularizados, sem que tenham “a passagem em mãos”.

Acerca da área de Letras, em específico, é observável que, em Linguística, esse teor clandestino é um pouco menor, mas ainda majoritário: das 7 revistas que publicaram ensaios, 3 preveem a publicação do gênero. Na Literatura, por sua vez, nenhuma das revistas Qualis Capes A1 que publicam ensaios apontam a permissão para a submissão desse gênero em suas Diretrizes para Autores ou em outras páginas relacionadas à normatização.

Tal cenário nos levou a reformular algumas hipóteses. Inicialmente, esperávamos, uma vez que a área de Literatura é a que mais publica ensaios, com uma média de 12,6 ensaios por periódicos, que esse comparativo evidenciaria um resultado inverso, tendo em vista a tímida expressividade da Linguística, com uma média de 3 ensaios por periódicos. Além disso, pela tradição do ensaio na Literatura – o chamado ensaio literário – também se esperava um maior reconhecimento do gênero pelas revistas da área. Acerca disso, não identificamos uma possível justificativa para a contrariedade dessa hipótese, inferimos, talvez, que, pelas particularidades da cultura disciplinar da Literatura, naturalmente marcada por um maior apreço ao texto estético e à subjetividade, entende-se que o ensaio pode ser visto como um “tipo de artigo” mais próximo do que se entende como “tom ensaístico”. Por outro lado, a

Linguística, embora publique menos o gênero, tem o compromisso, diante do próprio interesse investigativo da área, de categorizar as práticas de linguagem e, possivelmente por isso, possui maior rigor na delimitação dos gêneros.

3.1 O ensaio de Literatura em contexto acadêmico-científico

Iniciamos as investigações acerca do ensaio na área de Literatura questionando: os ensaios publicados nos periódicos são ensaios acadêmico-científicos ou ensaios literários? Superficialmente, poderíamos categorizar pelo suporte do texto e entender que, por ser dirigido à comunidade acadêmica, inclina-se muito mais para a primeira categoria. Todavia, como enquadrar, por exemplo, os ensaios de Antônio Candido (2023) como ensaio exclusivamente literário, se esse faz uso de critérios teórico-analíticos precisos da tradição acadêmica para a análise de obras?

Dessa maneira, refletir sobre adoções de nomenclatura parece ser uma disputa pouco proveitosa quando nos deparamos com as fronteiras de espaços não delimitados. Interessa-nos, então, refletir sobre esse hibridismo, do ensaio feito no meio acadêmico-científico publicado por pesquisadores de Literatura. Essa dimensão é vista nos dois ensaios analisados da área. Na revista ALEA: Estudos Neolatinos, a que mais publica ensaios em Literatura, tem-se um direcionamento mais amplo acerca do conteúdo temático esperado, contemplando aspectos críticos e teóricos. Diferente de alguns periódicos de excelência, a ALEA não exige titularidade mínima para a publicação no periódico. De acordo com a descrição, as únicas exigências são a qualidade científica, a originalidade e a relevância dos trabalhos.

Possivelmente, esse critério qualitativo (qualidade, originalidade e relevância) prevalece sobre os formais (titularidade) também no que se refere aos gêneros de publicação. Isso porque, tanto na página Sobre a Revista, quanto nas Diretrizes para Autores, os gêneros citados para publicação são: artigos inéditos, resenhas críticas, entrevistas e apresentação de materiais de arquivos de escritores. Vale destacar que a ALEA prevê a publicação de traduções de textos ensaísticos e literários. Inferimos que isso se justifica pelo reconhecimento da tradição estrangeira/ocidental de escrita de ensaios literários.

Porém, não encontramos elementos suficientes para compreender o motivo do não-reconhecimento da publicação de ensaios e/ou textos ensaísticos escritos por

pesquisadores brasileiros. Uma de nossas hipóteses é a de que a revista considere que o ensaio seria considerado um gênero mais artístico, focado na estética, haja vista ter sido elencado junto aos textos literários. Porém, não temos elementos suficientes para validar esse entendimento, visto que a expressiva publicação dos ensaios o contraria. De qualquer forma, é nítido o desalinhamento entre as diretrizes da revista e o processo de submissão, avaliação e publicação no que se refere aos gêneros de texto.

Quando analisamos esse processo, podemos entender que esse desalinhamento não pode ser equivocadamente atribuído aos pareceristas. Conforme consta na revista, todos os artigos submetidos passam por uma análise inicial feita pelos editores, que determinam se esses serão encaminhados para o processo de revisão por pares (*peer review*). Dessa maneira, parece haver um alinhamento geral interno que permite tanto a avaliação quanto a publicação dos ensaios. Ademais, a revista estabelece em suas diretrizes que os únicos critérios avaliativos são o mérito acadêmico do texto e o aprimoramento da qualidade do conhecimento. Nesse sentido, aparentemente, os aspectos formais da textualidade, como a delimitação do gênero, são desconsiderados nesse procedimento, primando exclusivamente pelo conteúdo e pela qualidade textual.

Curiosamente, nos chamou atenção o fato de que um dos mais recentes volumes da ALEA (v. 26, n. 3, 2024) trata-se de um dossiê intitulado “Poesia e ensaio, formas de incerteza”. Nele, há muitos trabalhos que investigam o ensaio como forma textual, seja por meio de sua “genealogia”, da relação com outros gêneros ou da análise empírica de textos ensaísticos. Alguns deles, inclusive, são escritos sob a forma de ensaio. Nessa ótica, o papel do ensaio na área de Estudos Literários se mostra significativamente presente não só como gênero adotado para socialização de pesquisas, mas também como objeto de estudo.

O ensaio selecionado aleatoriamente para a composição do corpus indica, desde o título, um tom mais ensaístico, diferente do esperado de um artigo científico tradicional, por exemplo. “É o fim do mundo e eu me sinto agradável”, escrito pelo Prof. Dr. Denilson Lopes, tem como foco uma reflexão acerca da imagem do fim do mundo na obra de autores do modernismo brasileiro para pensar o campo e as pequenas cidades.

Nesse sentido, pode-se observar que, apesar de não ser uma exigência da revista, o produtor do texto possui uma titularidade e ocupação reconhecida na área. Também, pela sua descrição oferecida ao periódico, vê-se uma relativa relação do autor com o gênero ensaio, haja vista que esse é autor do livro “O homem que amava rapazes e outros ensaios” (2002). Assim, o papel sociossubjetivo do autor se configura como elemento saliente na escolha do

gênero ensaio, considerando sua maior experiência de escrita, suas anteriores experiências com o gênero e seu espaço seguramente reconhecido na Academia, o que retoma a concepção da ciência enquanto campo de poder (Bordieu, 2000). Essas observações são, assim, elementos do contexto sociossubjetivo influenciando a dimensão pragmática da atividade de linguagem.

Do receptor, então, espera-se, como todo texto científico, a adesão à ideia defendida. É necessário, para a ampla compreensão do texto, o conhecimento aprofundado de aspectos centrais do tema, mas também a aceitabilidade de uma forma de exposição diferente da tradicional. Nesse sentido, é interessante analisarmos um trecho da introdução do ensaio:

Balucios, sussurros, falas particulares em tom menor atentas aos silêncios e vazios, não tanto dos que têm ou querem poder, lugar e fala, mas do que perderam o poder, o lugar e a fala, antes que desapareçam, diante da normalização da destruição, da sua desapareção. Caminho em direção a vocês. Não procuro um espelho. Seria visto se nos encontrássemos? Talvez, no máximo, num relance de olhos, mais um fantasma nas suas paisagens. Mas continuo a caminhar pelo deserto do real contemporâneo em direção ao mundo em desamparo em que viveram. O céu já há muito desabou para vivos e mortos. (Lopes, 2023, p. 130)

É perceptível, nesse trecho, o trabalho estético do texto poético relativamente incomum em textos acadêmicos, mesmo na área de Literatura. Esse movimento se relaciona com a previsão, no quadro do ISD, da atuação individual do autor na produção de um texto empírico que, ao mesmo tempo que retoma, também recria o modelo textual (o gênero) adotado de seu intertexto. Conforme Pereira e Graça (2007), ao discutirem a conceitualização do contexto de produção na obra de Bronckart:

[...] ainda que adoptando um determinado gênero, o agente continua a beneficiar-se de uma determinada margem de liberdade, sendo que tal processo de adaptação, como identifica Bronckart, actuará em diferentes planos – por exemplo, o da composicionalidade interna do texto –, gozando o texto efectivamente produzido, por consequência de um estilo individual, próprio a cada agente particular (p. 181)

Em alguns gêneros acadêmicos, essa manifestação mais explícita de um estilo singular não é tão comum, mesmo em áreas como Ciências Humanas, Letras e Artes. No caso do texto analisado, podemos dizer que, ao adotar o gênero ensaio, o agente verbal mobiliza de seu intertexto um modelo textual que julga suscetível de possibilitar essa maior margem de liberdade. Nesse sentido, o texto, apesar de sua dimensão particular, materializa uma das razões pela qual um acadêmico pode optar pela produção desse gênero textual.

Para os leitores de textos acadêmicos tradicionais, até mesmo na subárea de literatura, marcada por sua fronteira relação com a escrita estética, é notória a particularidade no “tom ensaístico” do texto, que demanda um leitor igualmente especialista e ciente das discussões críticas do tema. É necessário compreender a quais grupos se refere o escritor no trecho, dentro do espectro do modernismo localista, por exemplo, é necessário um domínio aprofundado do tema, visto que isso não é algo esclarecido, mas tomado como conhecimento pré-construído.

Assim, o que poderia ser considerada uma característica relativamente negativa do texto – a não presunção de um leitor universal – pode ser vista, na perspectiva que viemos destacando, como uma escolha do autor a partir dessa “margem de liberdade” prevista para atuar nos modelos textuais. Tal compreensão é baseada em Bronckart (2021), ao postular que “se o movimento de adoção confere ao texto sua dimensão genérica, o movimento de adaptação lhe confere uma parte de sua dimensão estilística” (p. 348, grifos do autor).

Dessa forma, em linhas gerais, percebemos que o periódico ALEA ressalta a prevalência de critérios qualitativos (qualidade, originalidade e relevância) sob critérios formais (mais especificamente, sobre os padrões textuais). Todavia, uma vez que alguns gêneros como artigo, resenha e entrevistas são indicados nas Diretrizes, não fica claro por qual motivo o ensaio, publicado em torno de trinta vezes entre 2019 e 2024, não está contemplado. Algumas hipóteses que levantamos, como um possível desalinhamento entre os pareceristas e os editores ou, ainda, um possível não reconhecimento do gênero, se mostraram equivocadas. Tais indícios, portanto, levam-nos a refletir que, possivelmente, pela forma textual e extensão enquadrada, o ensaio seja considerado contemplado dentro de um gênero padrão – o artigo – haja vista que o texto de Lopes possui aproximadamente 40.000 caracteres, extensão que é permitida exclusivamente aos artigos da revista.

Também de forte tradição de publicação, a Revista Brasileira de Literatura Comparada (RBLC) está em atividade desde 1991, quando o Boletim da Associação Brasileira de Literatura Comparada passou a assumir a função de periódico científico que, desde 2017, tem publicado três volumes anualmente na área. Essa representação é elucidada, na página, como resultado do importante acervo de artigos, entrevistas e resenhas publicadas pela RBLC, de autoria de renomados pesquisadores do Brasil e do exterior. Nesse sentido, além dos gêneros elencados, chama atenção a qualificação atribuída aos autores dos trabalhos lá publicados. De fato, quando consultamos as normas de publicação do periódico, um pré-requisito para a submissão do trabalho é de que o autor possua a titularidade mínima de

doutor, com exceções para poetas, romancistas e pintores em situações excepcionais, a convite. Assume-se, então, o lugar social de produtor superespecializado e com mérito acadêmico, semelhante a maior parte das revistas consideradas de excelência.

Em sua página de *Foco e Escopo*, a revista reitera o compromisso com a publicação de artigos, resenhas, entrevistas, mas acrescenta depoimentos e “outros documentos que enfoquem a Literatura Comparada”. Pode-se perceber, diante disso, uma possível validação de outros gêneros textuais que porventura possam vir a ser submetidos, desde que atendam aos pré-requisitos estabelecidos. Dessa forma, é válido considerar que o ensaio pode ser enquadrado nesse rótulo genérico de documentos que enfoquem a Literatura Comparada, em que o conteúdo é privilegiado em detrimento de uma forma padrão.

Entretanto, nas Diretrizes para Autores, observa-se a delimitação de caracteres incluir apenas dois formatos: artigo, com até 10.000 palavras; e resenha, com até 7.000 palavras. Nesse caso, acreditamos que o produtor de um ensaio assume como referência as regulamentações do artigo para a composição ou ajuste do seu texto, tendo em vista que os objetivos da interação são amplamente mais próximos do que em relação à resenha. Assim, o ensaio, para além de clandestinamente, é submetido também *travestido* de artigo científico, basta considerar que, tanto na RBLC quanto na ALEA, esses textos são publicados na seção Artigos e se apresentam dentro das exigências também atribuídas a esse gênero.

O ensaio publicado escolhido para a constituição do corpus é intitulado “Escrivência, testemunho e Direitos Humanos em Olhos D’Água de Conceição Evaristo”, de autoria de Cristina Ferreira Pinto-Bailey, doutora e professora universitária nos Estados Unidos. Esse ensaio, em comparação ao da ALEA, possui uma linguagem mais denotativa, com evidentes momentos de exposição e poucas marcas de personalidade. De acordo com nossas pesquisas, Pinto-Bailey reside nos Estados Unidos há mais de vinte cinco anos, o que não nos permite desconsiderar uma certa influência da tradição norte-americana e anglófona do ensaio, apesar de seu objeto de estudo ser uma obra da literatura brasileira.

No ensaio, a autora apresenta uma análise de alguns contos da obra de Conceição Evaristo, “visando interrogar o papel da narrativa de ficção como literatura de resistência e testemunho que empresta voz a indivíduos comumente silenciados em um contexto de opressão racial e econômica” (Pinto-Bailey, 2021, p. 8). Chama atenção, nesse objetivo, o uso do verbo interrogar. Na tradição de escrita acadêmica brasileira, esse verbo raramente é visto nos objetivos gerais ou específicos de uma pesquisa; pelo contrário, é mais comum

encontrarmos verbos que indiquem mais o “encontrar de uma resposta”, como identificar, caracterizar e refletir (no âmbito das Ciências Humanas), do que um que indique o ato de “fazer a pergunta”.

Sob essa ótica, parece-nos coerente afirmar que a dimensão “ensaística” do texto reside não essencialmente no estilo do texto, mas sobretudo no objetivo da interação, o qual é, para Bronckart (2023, p. 80), “o efeito (ou os efeitos) que o texto pode produzir sobre o destinatário”. De tal forma, a escolha do gênero ensaio não é arbitrária, recai sobre o fato de que o objetivo é propor perguntas, não as responder, o que seria esperado nas convenções científicas. Talvez, até aqui, a maior particularidade seja esse empreendimento textual de objetivar realizar perguntas num texto e, simultaneamente, apresentar análises e posicionamentos demarcados.

Dessa maneira, diante do que observamos nos parâmetros do contexto de produção e do conteúdo temático dos ensaios em Literatura, retomamos a pergunta inicial: seriam esses textos ensaios literários ou ensaios acadêmico-científicos?

3.2 O ensaio de Linguística em contexto acadêmico-científico

Na Linguística, podemos dizer que o teor clandestino nos parâmetros do contexto de produção dos textos é menos acentuado do que nos ensaios publicados em Literatura. Como mencionamos, aproximadamente 48,8% dos periódicos preveem a publicação do gênero em suas diretrizes. Todavia, para um gênero de contornos mais imprecisos e com uma literatura conflitante, como já exposto, é importante que as revistas definam o que entendem e/ou esperam de um ensaio, especialmente porque as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as quais geralmente são adotadas por quase todos os periódicos, não dispõem de esclarecimentos sobre o gênero.

A única revista – dentre as quatro analisadas – que esclarece as expectativas acerca do gênero ensaio é a revista *Linguagem em (Dis)curso* (doravante LeD), como pode ser visto na Figura 1, a seguir. Essa se configura como um periódico de excelência da área de Letras, que tem como foco a publicação de trabalhos sobre a área de estudos do texto e do discurso. Com publicações quadrienais, o periódico está aberto à submissão de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e não exige titulação mínima para o autor, embora seja recomendado o título mínimo de doutor.

Figura 1 – Gêneros aceitos na revista Linguagem em (Dis)curso

Gêneros aceitos na revista

(No início do texto, o autor deve indicar em que categoria, a seu juízo, ele se insere.)

a) **artigo de pesquisa** - texto com o mínimo de 5.000 e o máximo de 9.000 palavras, contendo o relato de uma pesquisa empírica;

b) **ensaio** - texto com o mínimo de 5.000 e o máximo de 9.000 palavras, contendo discussão de um problema teórico relevante ao campo em que se insere;

c) **debate** - texto com o mínimo de 5.000 e o máximo de 9.000 palavras, contendo diálogo crítico com outro texto publicado na revista;

d) **retrospectiva** (estado da arte) - texto com o mínimo de 5.000 e o máximo de 9.000 palavras, contendo histórico analítico e crítico de teorias, abordagens ou tradições de pesquisa (relativos ao campo textual-discursivo);

e) **resenha** - texto com o mínimo de 1.000 e o máximo de 1.500 palavras, contendo o registro e a crítica de obras, livros, teses, monografias, etc., que estejam, no máximo, há dois anos da data de publicação. A Linguagem em (Dis)curso privilegia a avaliação da produção brasileira.

A contagem das palavras, em todos os casos acima, inclui as referências e os anexos.

Fonte: site da revista Linguagem em (Dis)curso

Chama atenção que, além do ensaio, outros gêneros pouco comuns são apresentados, como o debate, que permite a interlocução com textos anteriores da revista, e a retrospectiva (estado da arte) que permite uma revisão crítica da literatura. Outro aspecto relevante é a distinção entre o ensaio e o artigo. Para a LeD, ambos os gêneros possuem os mesmos limites de extensão, sendo diferenciados apenas pela intenção comunicativa do conteúdo. Enquanto o artigo prevê o relato de uma pesquisa empírica, o ensaio deve incluir uma discussão acerca de um problema teórico.

Nesse sentido, pode-se dizer que o ensaio analisado da revista, *O desafio da plurissemiotividade para a Linguística Textual*, se enquadra na descrição apresentada, uma vez que visa discutir um problema teórico relevante para o campo da Linguística Textual, conforme o objetivo expresso pelos autores: “colocar em discussão o tratamento da plurissemiotividade (ou multimodalidade) pela LT e o desafio de encontrar mecanismos que permitam operacionalizar análise de textos em cuja composição entram diferentes semioses” (Pinheiro e Cassiano, 2023, p. 1). Todavia, para fazer tal problematização, os autores fazem um exercício de metanálise, enfocando pesquisas que mobilizaram a categoria de referenciação da LT para identificar a refletir sobre as concepções e premissas teóricas presentes nas análises de outros pesquisadores. Ao nosso ver, não deixa de ser, também, uma

análise empírica, mas que está a serviço de um objetivo que não se restringe ao tratamento dos dados, mas, prioritariamente, de demonstrar as limitações e os impasses no trabalho com o texto plurissemiótico ainda enfrentados pela Linguística Textual.

Dessa forma, parece-nos que um fator saliente para a configuração do gênero é não somente aspectos da estrutura – como a extensão – ou do conteúdo – como a presença de análise empírica –, mas sobretudo o objetivo de interação prioritário de promover uma reflexão, ponderação ou problematização sobre uma questão teórica, como propõe a descrição da revista. Para Bronckart (2021), o autor empírico, ao mobilizar suas representações do mundo físico e social da situação de interação, constitui uma base de orientação a partir da qual um conjunto de “decisões” são tomadas. Nas palavras do autor, tais decisões referem-se à escolha “entre os modelos genéricos disponíveis no intertexto, o gênero que parecerá mais adaptado às características da situação de produção, tal como o actante as representa, e em fazer, igualmente, as escolhas das diversas estruturas constitutivas da textualidade”. No caso do ensaio analisado, pode-se observar que é esse conjunto de elementos – as representações dos autores e as normatizações na revista – que direciona uma escolha consciente do gênero.

Nesse sentido, os autores Clemiton Pinheiro, professor de Linguística na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e Héberton Cassiano, professor de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, desempenham uma relação de, respectivamente, orientador-orientando. No ensaio, então, esses autores assumem o papel de pesquisadores que analisam o trabalho de outros pesquisadores e, por isso, se colocam como especialistas. Porém, não se compreende a especialização como a detenção do domínio do certo ou errado, tampouco se preocupam em apresentar melhores respostas aos problemas identificados na análise. Prioritariamente, dá-se a percepção de que os autores se preocupam em demonstrar a necessidade de consolidar determinadas bases teóricas para a realização de análises nesse âmbito, mas sem a pretensão de apontar uma mais adequada para tal, apenas sugerir possíveis caminhos.

Se, de acordo com Bronckart (2021), é o papel social desempenhado pelo emissor que lhe confere o estatuto de enunciador, o papel desempenhado no texto analisado, então, é visto como o de pesquisadores preocupados com o desenvolvimento dos estudos das áreas, mas que, ao mesmo tempo, vivenciam os impasses teóricos demandados pela análise de objetos empíricos complexos. Dessa maneira, da mesma forma que tece críticas aos trabalhos analisados, eles também se posicionam como pesquisadores em busca de uma consolidação dessas categorias de análise, o que acentua, em certa medida, os problemas pontuados.

Em nossa análise, o texto parece ser destinado a toda comunidade que pesquisa em Linguística Textual e trabalha com o texto plurissemiótico (ou multimodal), uma vez que propõe a discussão de conceitos e categorias analíticas dessa área. Posto que os autores apontam que reconhecem a dificuldade de pesquisadores de encontrar uma solução efetiva para a problemática discutida, é válido destacar que o texto mobiliza tais pesquisadores a ponderar sobre a discussão. Atribui-se, como papel social atribuído ao receptor (Bronckart, 2021), um leitor apto a refletir sobre os contornos tomados pela LT no tratamento desse objeto a partir de categorias definidas com relativa fragilidade em algumas análises, conforme defendem os autores.

Em linhas gerais, nos interessa identificar que, no único periódico do *corpus* em que o ensaio é previsto nas Diretrizes para Autores, o objetivo da interação dos autores é validado e mais facilmente delimitado. Isso não ocorre porque é excluída a possibilidade de outros elementos ou restringe as possibilidades criativas do autor possível, mas porque reforça que tais recursos – por mais diversos que sejam – são empregados em vista de uma intenção definida, a de discutir um problema teórico. E, portanto, é analisado com métricas delimitadas e alinhadas à definição do gênero adotada. Como podemos identificar, apesar da revista direcionar certas categorias presentes no *metiér* dos pesquisadores, “na medida em que os valores do contexto e do conteúdo temático de uma ação de linguagem são sempre parcialmente novos, trata-se também de adaptar o modelo genérico escolhido a esses valores particulares” (Bronckart, 2021, p. 348).

O segundo ensaio analisado foi publicado na Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (D.E.L.T.A), uma revista tradicional na área de Linguística em atividade regular desde 1985 e que tem como foco a publicação de estudos sobre a linguagem, seja de natureza teórica ou aplicada, desde que tratem de reflexões inéditas. Na página Sobre a revista, presentificam-se os seguintes formatos passíveis de publicação: Artigos, Debates e Questões e Problemas, Retrospectivas (síntese crítica acerca do estudo da ciência), Notas Bibliográficas e Resenhas. Todavia, na página Diretrizes para Autores, os formatos são outros: artigo, *squib*, ensaio, resenha e review article. Dessa maneira, não conseguimos estabelecer uma lógica para esse desalinhamento. Inferimos, de forma superficial, que a primeira listagem se refira ao plano do conteúdo temático, enquanto a segunda ao plano dos gêneros textuais, todavia, a presença do artigo e da resenha em ambas não nos proporciona muita sustentação para tal inferência. De qualquer forma, acreditamos ser possível fazer

algumas correspondências entre as duas listagens, especialmente em relação ao ensaio e ao formato *Debates* ou *Questões e Problemas*.

Conforme Bronckart (2023), os textos são materializações da atividade humana e, portanto, refletem os papéis sociais dos indivíduos dentro de uma determinada comunidade discursiva. Dessa forma, é interessante observar que a revista não define, como na LeD, o que se entende por ensaio, fator que recai, então, no conhecimento do autor sobre escrita acadêmica e, conseqüentemente, no papel social de um pesquisador experiente.

Não por acaso, a revista exige que o autor (ou pelo menos um dos autores) tenha a titulação mínima em nível de doutorado. Faz sentido, então, esperar que o autor compreenda e relacione a funcionalidade de cada gênero, embora, no caso do ensaio, esse entendimento nem sempre seja nítido e consensual para pesquisadores, como já mencionamos. Como destacam Schneuwly e Dolz (2004), os gêneros são (mega)instrumentos mediadores das ações discursivas e exigem do agente verbal não apenas domínio do código linguístico, mas também compreensão das normas implícitas que regulam sua produção e circulação (as condições de produção). A exigência de titulação mínima para a submissão do ensaio, portanto, reforça a ideia de que o domínio dos gêneros acadêmicos não se detém a aspectos formais, exclusivamente, mas está associado à participação efetiva em uma prática social que se aprende ao longo da formação e da atuação acadêmica.

O ensaio analisado foi escrito por Eliane Silveira, professora da Universidade Federal de Uberlândia. Em nossa contagem, o texto, de fato, atende ao limite estabelecido pela revista para a extensão do gênero (entre 3.000 e 5.000 palavras). O título, seguindo a estrutura de Montaigne, *Ensaio sobre a variedade das rasuras em alguns manuscritos de Saussure*, delimita com relativa precisão a proposta do texto. De acordo com a autora, o objetivo é “percorrer [...] alguns manuscritos de Saussure e dar destaque às suas rasuras de modo a compreender melhor a sua flutuação e, a partir daí, entender o mecanismo da rasura como parte do processo de produção de Saussure” (Silveira, 2018, p. 835).

Em termos de conteúdo, portanto, pode-se observar um caráter profundamente aplicado, com uma evidente análise de *corpus*. Se pensarmos que esse objetivo estaria posto num artigo científico, por exemplo, ele também faria sentido, haja vista que a finalidade não é problematizar uma questão teórica de uma área ou tema, como no ensaio da LeD. Todavia, o texto como um todo não poderia ser considerado um artigo canônico, pois se analisarmos com atenção, veremos que o corpus é analisado sem uma fundamentação teórica presente ou uma categoria analítica delimitada, exigência normalmente prevista no gênero artigo. Na verdade,

a autora toma como ponto de partida uma reflexão de Edgar Allan Poe sobre a rasura e ensaia interpretações semelhantes às encontradas nos manuscritos de Saussure. Dessa maneira, o objetivo da comunicação nos parece ser a análise de dados empíricos, mas uma análise de interpretação mais subjetiva dos dados, sem atender a uma categorização previamente delimitada.

Do leitor específico, portanto, exige-se alguns conhecimentos sobre a figura de Saussure e o contexto de desenvolvimento de sua teoria, pois isso não é apresentado, mas não demanda alguém superespecializado na obra do linguista genebrino para que a compreensão seja efetivada. Além disso, acreditamos que a identificação do ensaio, desde o título, auxilia na formulação de expectativas do leitor, de modo que o estranhamento à ausência desse referencial teórico explícito seja pequeno ou nulo.

Diante disso, pode ser questionado se, uma vez que o gênero é previsto pelo periódico, a ele também se aplica o que viemos chamando de clandestinidade. Acreditamos que, em termos relativos, sim, apesar de em menor grau do que vimos nos periódicos de Literatura. Entretanto, como buscamos esclarecer aqui, a dimensão sócio-funcional e linguístico-textual do gênero é esperada como um conhecimento implícito do autor. Todavia, como temos defendido neste e em outros trabalhos (Monteiro, 2025), o ensaio é um gênero muito difuso e, para diferentes pesquisadores, mesmo com vastas experiências de escrita, ele pode ter representações distintas. Dessa maneira, o processo de avaliação torna-se mais subjetivo, dependendo do alinhamento entre as concepções do autor e da equipe editorial do periódico. Assim, dado que a ABNT não fornece nenhuma normatização do gênero, seria interessante que as revistas informassem aos autores o que se entende e se espera de um ensaio, de modo a evitar falhas no processo avaliativo desses trabalhos.

Considerações finais

Buscamos, neste trabalho, defender e demonstrar a tese de que o ensaio é um gênero produzido, submetido e publicado de forma clandestina nos periódicos brasileiros de excelência – Qualis Capes A1 – das áreas de Linguística e Literatura. Essa clandestinidade majoritária se refere principalmente ao fato de muitos deles publicarem textos pertencentes ao gênero, mas não elencarem, em suas Diretrizes para Autores, essa possibilidade, e, também, por não informar o que se entende como ensaio, seja em termos de conteúdo, estrutura ou

estilo, para os possíveis autores, haja vista a falta de uniformidade e consenso sobre as representações do gênero, mesmo entre pesquisadores experientes.

Como mencionamos, a subárea de Literatura não possui nenhum periódico Qualis Capes A1 que preveja, em suas diretrizes, a publicação de ensaios, embora seja a área que mais os publica, em comparação à de Linguística. Nesse sentido, podemos afirmar que é nessa subárea em que a “clandestinidade” no processo de submissão desses textos é mais acentuada. Por isso, poderíamos supor que, nessa subárea, os ensaios pareceriam mais com os artigos, gênero com maior “legitimidade”, porém, não é isso que acontece.

O ensaio publicado na revista ALEA, por exemplo, apresenta uma construção de linguagem estética acentuada, destacando-se mesmo na cultura disciplinar da Literatura. Nesse caso, parece-nos que o emissor visa um leitor super específico, com o qual possa dialogar equilibradamente sobre o tema delimitado para o ensaio, sem que o autor sinta a necessidade de explicar determinadas discussões mencionadas ou as obras como um todo. Diante disso, o objetivo da interação, ao que nos evidencia, é a exposição de um processo reflexivo intenso por parte do autor sobre o tema, de modo que a pesquisa empírica (a análise literária) parece ficar em segundo plano.

Já o ensaio publicado na Revista Brasileira de Literatura Comparada, apesar de não ser segmentado em seções, segue uma certa organização ortodoxa do conteúdo, também com os movimentos esperados de um artigo científico. O lugar social assumido pela emissora também é de especialista, mas seu destinatário visado não necessariamente precisa ser especialista no tema para compreender, ao menos, a dimensão geral do seu trabalho, pois há esforços, ao longo do texto, para que esses esclarecimentos sejam feitos. Parece-nos, então, que o objetivo da interação, de forma mais delimitada que o outro ensaio, é apresentar uma análise empírica e propor reflexões situadas dentro do âmbito dos Estudos Literários.

Dessa maneira, assumimos que, apesar das diferenças, o ensaio passa por esse processo de submissão, avaliação e recepção, quase sempre travestido de artigo. Afinal, é publicado na seção de artigos e seus autores empíricos, para os submeterem à avaliação, precisam atender às normas de formatação e extensão dos artigos, por exemplo, uma vez que o gênero não dispõe de métricas próprias.

Nos periódicos de excelência de Literatura, o ensaio é publicado sob a égide de um termo “guarda-chuva”, chamado artigo: mesmo quando apresenta um uso da linguagem pouco tradicional no âmbito acadêmico, como visto no ensaio da ALEA, ou quando não é tradicionalmente segmentado em seções, conforme o ensaio da RBLC, e, principalmente,

quando o autor empírico identifica o texto como ensaio, como nos dois textos. Esse termo aparentemente genérico, porém, não considera que, além de uma forma textual, os gêneros possuem características sócio-funcionais no contexto em que circulam, que suprem – ou não – os objetivos do autor na interação e as expectativas de um destinatário objetivado e/ou real.

Em Linguística, esse teor clandestino é menos evidente. Em termos numéricos, observa-se que dos sete (7) periódicos que publicam ensaios, três (3) preveem esse gênero em suas diretrizes, ou seja, aproximadamente 48,8%. Ao nosso ver, esse fenômeno pode ser explicado pela preocupação da Linguística atual com a definição dos gêneros e, especialmente, com as reflexões sobre a escrita científica. Dessa forma, uma vez mobilizados esses conceitos cotidianamente, parece coerente supor que isso se reflita numa maior delimitação sobre o tema nas normas de publicação.

O ensaio publicado na revista *Linguagem em (Dis)curso* apresenta uma discussão teórica sobre a área da Linguística Textual (LT), problematizando o trato com um determinado objetivo de estudo. Esse movimento condiz com a definição dada pela revista do gênero ensaio. Aliás, a LeD é a única revista do corpus que apresenta uma definição do que entende como ensaio. Nesse sentido, pode-se dizer que os autores selecionam, acionam e produzem o gênero a partir da representação apresentada pela revista e com base nela os textos são avaliados. Pode-se dizer, então, que nessa revista, o ensaio entra de forma “não clandestina”, legitimada, com o “passaporte” em mãos.

Já com o ensaio publicado no periódico D.E.L.T.A, não há uma evidente definição do que se espera do gênero, apesar de ser indicado nas Diretrizes para Autores. Nesse caso, tem-se a suposição de que a revista atribui ao autor/pesquisador o conhecimento de cada uma das formas textuais elencadas. Por um lado, isso está coerente com o que se espera do escritor previsto para o periódico, professores doutores que, certamente, possuem noções já consolidadas sobre a escrita acadêmica. Por outro lado, tendo ciência da natureza difusa do ensaio, parece-nos insuficiente pensar que tais noções são sistematicamente consolidadas por todos os acadêmicos, até mesmo para os mais experientes. Dessa maneira, é necessário um alinhamento entre as concepções do autor e as do corpo editorial sobre o gênero, o que pode gerar avaliações desfavoráveis, haja vista que nenhuma é explicitada.

Assim, entende-se que, nos periódicos de Linguística, o ensaio é mais reconhecido como gênero passível de publicação, embora sejam os que menos o publiquem, em comparação com a Literatura. Seu caráter clandestino, portanto, é menos acentuado, mas

ainda presente. Para um gênero de contornos mais imprecisos e com uma literatura conflitante, como já exposto, é importante que as revistas definam o que entendem e/ou esperam de um ensaio. Esse movimento, porém, só é visto na revista *Linguagem em (Dis)curso*.

Dessa maneira, a problemática aqui evidenciada não busca apenas desvelar as particularidades desse contexto de produção, mas, principalmente, promover uma reflexão acerca do não-reconhecimento do ensaio na escrita acadêmica brasileira. Essa falta de clareza nos critérios para avaliação do gênero já foi descrita por Ferragini (2011) em sua pesquisa de mestrado, na qual a autora relata que, ao contatar periódicos para entender quais eram os critérios utilizados para diferenciar artigos de ensaios, as respostas sinalizavam que não havia uma delimitação muito clara e isso, de fato, causava dúvidas entre os pareceristas e o conselho editorial (cf. Ferragini, 2011). Mais de uma década depois, observamos que esse cenário permanece.

Assim, acreditamos que é necessário um reexame do escopo editorial das revistas no sentido de alinhar tais expectativas entre autor, equipe e leitor. Esse cenário descrito, aparentemente super específico, faz com que ensaios sejam recusados por não se enquadrarem na concepção de ensaio de seus avaliadores ou por não estarem semelhantes o suficiente aos artigos, bem como desencoraja pesquisadores, experientes ou iniciantes, a se aventurar na escrita de ensaios ou de outros gêneros, reforçando a falsa ótica da universalidade da escrita acadêmica.

Referências

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. Fortaleza: Parole et vie, 2023.

BRONCKART, J-P. *Teorias da linguagem: nova introdução crítica*. Trad. Luzia Bueno, Anna Matia Mattos Guimarães, Eliane Lousada [et. al.] Campinas: Mercado de Letras, 2021.

CANDIDO, A. *Vários escritos*. Todavia, 2023.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: _____ (org). *Gêneros orais e*

escritos na escola. Trad. e org. Roxane Rojo e Glaís S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FERRAGINI, N. *Gênero Ensaio: um estudo teórico e metodológico na formação docente inicial*. 279 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

FERRAGINI, N. *Ensaio acadêmico: da teoria à prática em sala de aula*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Londrina, 2011.

FERREIRA, A. B. de H. [coord.]. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GALVÃO, S. C. A. *Do castelo de Périgord à academia: ensaiando o gênero ensaio na UFRN*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Natal, 2018.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, S B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEONTIEV, A.N. *Activité, Conscience, Personnalité*. Moscou: Éditions du Progrès, 1984.

LILLIS, T. *Student Writing: Access, Regulation, Desire*. London: Routledge, 2001.

MONTEIRO, M. C. *O gênero ensaio acadêmico-científico em periódicos Qualis Capes A1 da área de Letras*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2025.

PEREIRA, R. C. *Entre conversas e práticas de TCC*. 1. ed. João Pessoa: Ideia, 2016.

PEREIRA, L. A.; GRAÇA, L. Da conceptualização do contexto de produção e da sua produtividade na didática da escrita. In: GUIMARÃES, A. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

SANTOS, M. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SKIRIUS, J. *Este centauro de los géneros*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

SWEENEY, S. Who wrote this? Essay mills and assessment – Considerations regarding contract cheating and AI in higher education. *The International Journal of Management Education*, [S.l.], v. 21, n. 2, 2023.

Referência dos ensaios analisados

LOPES, D. É o fim do mundo e eu me sinto bem. *ALEA: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 129-144, set/dez, 2023. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/59702>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PINHEIRO, C.; CASSIANO, H. O desafio da plurissemiotividade para Linguística Textual. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 23, p. 1-14, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ld/a/gpDzrNMxBCgw3rWXmXyDjYG/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

PINTO-BAILEY, C. F. Escrivência, testemunho e direitos humanos em Olhos d'água de Conceição Evaristo. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 23, n. 43, p. 8-19, mai.-ago., 2021. Disponível em:
<https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/664/889>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SILVEIRA, E. Ensaio sobre a variedade das rasuras em alguns manuscritos de Saussure. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 835-859, 2019. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/39634>. Acesso em: 24 abr. 2025.

Recebido em: 05/05/2025; **Aceito em:** 30/08/2025.